Chave de resposta – Questão 2 – Cargo 514

A questão exige do candidato capacidade analítica e argumentativa acerca da adoção de câmeras corporais como política pública de segurança, devendo o texto articular o conteúdo do relatório técnico apresentado, a legislação pertinente e a experiência brasileira recente, com visão crítica e fundamentada.

No que se refere à relevância das câmeras corporais como política pública de segurança e proteção de direitos, espera-se que o candidato destaque a importância das câmeras corporais na promoção da transparência, controle da atividade policial, garantia de direitos fundamentais, redução de conflitos e busca por uma atuação policial mais legítima e democrática.

Quanto aos impactos comprovados da medida, o candidato deverá fundamentar sua resposta nos dados constantes do texto-base, demonstrando que há evidências científicas consistentes de que o uso de câmeras corporais reduz significativamente o uso da força policial e reclamações de conduta do policial, com percentuais que variam entre 25% e 61%, a depender do contexto analisado.

No tocante aos desafios para a implementação efetiva da tecnologia, o candidato deverá apontar que a adoção de câmeras corporais demanda a definição de protocolos claros e padronizados de uso, acionamento, armazenamento e acesso às imagens. Deve mencionar a necessidade de treinamento técnico adequado dos agentes, de mecanismos permanentes de supervisão e monitoramento, bem como a superação de resistências culturais e institucionais dentro das corporações policiais. Também se espera referência à importância da responsabilização administrativa em casos de descumprimento dos protocolos estabelecidos.

Por fim, quanto às implicações jurídicas e sociais, espera-se análise acerca da validade jurídica das gravações como meio de prova, dos cuidados necessários para o resguardo da privacidade e dos dados pessoais de policiais e cidadãos, bem como da definição de limites para o acesso e uso das imagens. O candidato deve abordar o papel do Ministério Público e do controle externo da atividade policial, além dos desafios institucionais para assegurar a confiabilidade das evidências produzidas e a proteção dos direitos fundamentais, conciliando eficiência na persecução penal com garantias constitucionais.